

DOI: 10.12957/transversos.2023.73407

O LETRAMENTO DIGITAL EM TEMPOS DE PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E AS POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.

DIGITAL LITERACY IN TIMES OF EDUCATION PLATFORMIZATION AND THE POSSIBILITIES FOR HISTORY TEACHING.

Max Fabiano Rodrigues de Oliveira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

deoliveira.max@gmail.com

Resumo:

Este artigo reflete sobre o cenário vivido por professores e estudantes durante o período de pandemia e suas consequências para o aprendizado. Além de observar a importância de um letramento midiático que dê conta, não apenas, de questões operacionais. Mas, também, se dedique ao estudo do funcionamento da rede em relação a privacidade de dados de crianças e adolescentes em um cenário de plataformação da educação e comportamento algorítmico. O texto apresenta dois estudos de caso: um na Região do Lagos, estado do Rio, que demonstra como os alunos precisam desse tipo de conhecimento e outro trata de uma experiência de formação continuada realizada pela Universidade Federal do Ceará.

Palavras-Chave: Letramento digital; fake news; discurso de ódio; ensino de história

Abstract

This article reflects on the scenario experienced by teachers and students during the pandemic period and its consequences for learning. In addition to observing the importance of media literacy that addresses not only operational issues. But also dedicate yourself to the study of the functioning of the network in relation to data privacy of children and adolescents in a scenario of platforming of education and algorithmic behavior. The text presents two case studies: one in the Lagos Region, in the state of Rio, which demonstrates how students need this type of knowledge, and the other deals with a continuing education experience carried out by the Federal University of Ceará.

Keywords: Digital literacy; fake news; hate speech; history teaching

1. Entre “nativos” e “imigrantes”

Hoje sabemos que os chamados “nativos digitais” não possuem habilidades tecnológicas apenas por terem entrado em contato, ainda muito jovens, com o mundo digital. Ter crescido utilizando as redes sociais, acessando sites, ouvindo música pelo YouTube, não conferiu ao usuário maior capacidade para diferenciar, por exemplo, uma fake news de uma notícia verdadeira. (DE AZEVEDO, 2018: p.620)

Por outro lado, muitos docentes pertencem à classe dos chamados “imigrantes digitais” (ANDRADE, 2018: p. 173) que passaram, já adultos, por essa transição que hoje coloca, praticamente, grande parte da sociedade conectada em aplicativos que nos ajudam a comprar comida, assistir um filme ou estudar para a prova do dia seguinte.

Mas, se estamos em contato diariamente com as novas tecnologias, como docentes e alunos podem, não apenas, usá-las como instrumento, mas incorporá-las em suas práticas em sala de aula? Este artigo faz uma reflexão sobre a importância do letramento digital durante a pandemia, num cenário de expansão da plataformização da educação como alternativa ao ensino presencial e busca compreender quais foram os problemas enfrentados em rotinas escolares, muitas vezes, exaustivas e precárias do ensino público.

A formação continuada é um dos caminhos, mas é preciso que haja um esforço das redes públicas de ensino, priorizando o letramento digital de professores no pós-pandemia. Dando a possibilidade do docente criar planos de aula que dialoguem metodologicamente com o ambiente digital. Além de permitir discussões provocativas sobre como os alunos estão se relacionando com esse mundo ainda novo para muitos de nós. (FEIRAS, 2010: p. 335-352)

2. A educação em tempos de pandemia: desafios do ensino remoto.

Durante a pandemia de COVID-19, entre os anos de 2020 e 2021, a exigência do distanciamento social gerou um problema que todos os professores e alunos tiveram que enfrentar: a necessidade de migrar para o ambiente virtual, em aulas que poderiam acontecer de forma síncrona ou assíncrona. A relação com a tecnologia em um primeiro momento foi instrumental (MOREIRA et al, 2020: p. 352), sem a sua incorporação no design das aulas ainda estruturadas originalmente para o ambiente presencial.

Muitos docentes não estavam preparados para a nova situação por uma dificuldade em lidar com os dispositivos tecnológicos. Os que possuíam algum conhecimento enfrentaram a falta

de apoio das redes de ensino e uma transposição da precariedade agora também no ambiente virtual. (SARAIVA, 2020: p. 1-24).

Desta forma, os professores para se adaptarem ao novo cenário tiveram que aprender a usar o programa definido por suas secretarias de educação. As questões colocadas por (MOREIRA et al, 2020) ao longo do artigo são pertinentes e contribuem como material de orientação para os docentes que conseguiram encontrar alguma estrutura para realização das suas atividades. Porque muitos outros professores passaram ao largo de qualquer tipo de orientação ou apoio.

O problema é ainda mais básico: todos os professores possuíam condições mínimas de acesso? A internet tinha uma velocidade compatível para que as aulas pudessem acontecer sem prejuízo? O laptop, desktop, celular, ou seja, o dispositivo usado por eles tinha uma configuração que permitisse a execução das tarefas de preparo de suas aulas?

Outro questionamento importante que devemos fazer se refere ao trabalho remoto, o chamado home office. Quando fomos todos empurrados para as aulas online, começamos a passar mais tempo em nossas casas, o que gerou um gasto com luz e água que não tínhamos antes. Quem pagou essa conta além dos próprios docentes? Não podemos esquecer que ao utilizar seus equipamentos, os professores também lançavam mão de recursos pessoais. O ponto é: um equipamento danificado durante as aulas teve, provavelmente, a conta paga pelo próprio docente.

Nas chamadas Big Techs¹, por exemplo, os trabalhadores quando são contratados recebem um computador de alto desempenho. Algumas empresas pagaram as contas da internet para seus funcionários, ajudaram na aquisição de uma mesa para o home office, uma cadeira confortável para as longas horas de trabalho dentro de casa. Foi um investimento em qualidade de vida e bem estar para os seus funcionários.

Há um cenário tão profundo de desassistência que educadores, gestores, alunos e seus familiares acabam naturalizando por nunca terem vivido uma situação melhor por gerações. Não são capazes de projetar uma outra realidade em que o ensino básico seja colocado como prioridade. A educação nunca foi um gasto, ela é um investimento. Na verdade, a educação é muito mais. Ela é um direito constitucional. E isso está acima da discussão dicotômica que a coloca entre ser um gasto ou um investimento. (LONCHIATI; DA MOTTA; DIAS, 2019)

3. Os alunos e a pandemia

¹ O termo foi criado em 2012 para definir as maiores empresas de tecnologia do mundo.

Quando ampliamos essas reflexões para os alunos das redes públicas de ensino básico do Brasil a situação é ainda mais dramática. Como exigir que estudantes que só tem uma refeição de qualidade quando estão em suas escolas, tenham uma internet de qualidade para frequentar as aulas online? Como exigir que suas famílias comprassem uma mesa e uma cadeira minimamente confortável para as aulas? (STEVANIM, 2020)

Sabemos que a realidade brasileira apresenta famílias que, muitas vezes, compartilham o mesmo celular. Pais e mães que cedem seus aparelhos à noite para os seus filhos poderem realizar alguma atividade solicitada pelo professor. Vivemos dois anos em que alunos e professores frequentaram aulas online que não alcançaram seus objetivos pedagógicos. Isso quando conseguiam assistir às aulas em tempo real. (SANTOS, 2020: p. 44-47)

Na impossibilidade de ter aulas ao vivo devido à dispositivos inapropriados e\ou uma internet que não suportavam chamadas de vídeos que duravam horas. Muitos professores optaram pela atividade assíncrona, ou seja, ela era disponibilizada em uma plataforma online escolhida pela rede de ensino e os alunos tinham um determinado prazo para realizar tal atividade.

O problema de acesso não era resolvido já que mesmo no formato online assíncrono uma parcela muito pequena dos alunos concluíam suas atividades. Esse foi o caso, por exemplo, de uma escola² dedicada aos anos finais do ensino fundamental e ensino médio da rede pública de ensino que fica na Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro. O relato dos professores era unânime: os alunos não acessam a plataforma. Entre os poucos que acessam, uma parcela pequena conclui suas atividades. Não há aderência ao modelo encontrado de ensino remoto³.

Como solução para a inexpressiva participação dos alunos e cientes de que os mesmos não poderiam ser prejudicados ainda mais com uma reprovação. A Secretaria de Educação definiu que bastava que o aluno tivesse interagido uma única vez durante todo ano para que fosse aprovado automaticamente.

O problema é que o déficit educacional não pode ser resolvido quando o aluno simplesmente vai para a série seguinte. Ao contrário, aquilo que não foi aprendido no ano anterior vira um problema ainda maior. No ano de 2021, com o prolongamento da pandemia e a continuação do ensino remoto, novamente os alunos passaram por um processo de aprovação

² Por uma questão ética o nome do colégio foi suprimido.

³ A pesquisa foi realizada pelo autor com os professores e parte da equipe gestora daquela escola em 2022.

automática no mesmo formato do ano anterior.

E os problemas em 2022 continuaram. Com a volta do ensino presencial, os alunos que ingressaram no sexto ano do ensino fundamental estavam vindo de outras escolas destinadas aos anos iniciais do ensino fundamental. Ao chegar ao fundamental II os alunos tinham grande dificuldade em ler, escrever e realizar as operações básicas da matemática.

A última vez que os alunos que entravam no sexto ano tinham assistido uma aula presencial havia sido no terceiro ano do ensino fundamental. Ou seja, esses alunos fizeram o quarto e quinto ano em suas casas, em aulas remotas assíncronas que os aprovaram automaticamente no sistema anteriormente explicado.

É muito difícil dimensionar a lacuna causada por esses dois anos de ensino remoto nas condições anteriormente citadas. Mas, é possível supor que o aluno que sai do terceiro ano do ensino fundamental e só volta à escola no sexto ano está diante de um abismo educacional. Além de tudo, é preciso destacar que os últimos anos do ensino fundamental se apresenta para esses alunos num formato muito diferente dos anos iniciais.

4. O que ficou dos tempos de ensino remoto?

No meio de todo o caos enfrentado nos anos de 2020 e 2021 nas escolas brasileiras é preciso falar também do que ficou de positivo. Os professores precisaram se adaptar à nova realidade das aulas remotas. Com isso, tiveram que aprender a utilizar equipamentos, sistemas, programas que não conheciam ou desconheciam completamente.

A pandemia levou milhões de docentes brasileiros para a necessidade de um letramento digital que pudesse ajudar na produção de suas aulas que poderiam ocorrer gravadas ou ao vivo. Aprenderam qual programa era mais adequado para sua atividade, como editar um vídeo gravado, como realizar uma chamada de vídeo, como subir um arquivo, compartilhar com os seus alunos e muitas outras tarefas que foram, aos poucos, se tornando orgânicas e assimiladas por repetição.

Esse letramento digital voltado para a operação dos vários dispositivos foi um primeiro passo importante para que os docentes começassem a utilizar os recursos das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) em seu cotidiano escolar. As novas tecnologias são uma realidade que permeia nossas vidas 24 horas, mesmo que se tenha dificuldade em compreender como elas funcionam.

Da mesma forma, muitos alunos também tiveram que aprender a interagir de uma forma diferente com os colegas e com o professor. Nunca tivemos tantas lives simultâneas acontecendo por todo o planeta. Como redigir um texto, um trabalho escolar utilizando um aplicativo de edição de textos, como escolher a fonte certa, o espaçamento, distribuir em tópicos o trabalho, etc. Por mais que para muitos pareçam tarefas simples, num país tão desigual como o Brasil a cidadania digital ainda hoje é negada para tantos jovens. Por isso, foi na pandemia que muitos tiveram algum contato com esses recursos tecnológicos.

Evidentemente, a pandemia forçou um avanço na utilização das novas tecnologias como forma de superação da necessidade de aulas remotas. Mas, como observado anteriormente, a qualidade em que isso se deu deve ser levada em consideração.

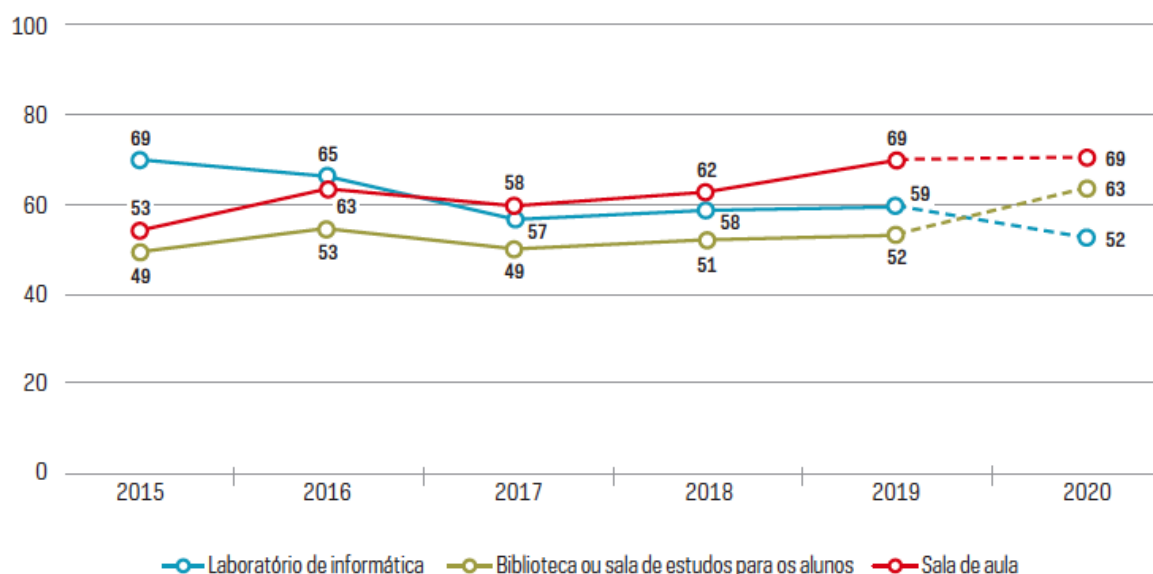
5. Educação em tempos de plataformização

O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI) criou um grupo de trabalho chamado GT Plataforma Educacionais com o objetivo de apresentar um panorama sobre o uso de plataformas educacionais por escolas do Ensino Fundamental, Médio e Superior por redes de ensino no Brasil. (CETIC.BR|NIC.BR, 2021) A publicação do GT tem como foco investigar quais eram os tipos de plataformas utilizadas e as empresas que contratavam o serviço.

Antes de falar mais detalhadamente sobre o modelo utilizado por essas plataformas digitais, o CGI nos apresenta um gráfico bastante revelador sobre como caminhou a relação educação e acesso a internet entre os anos de 2015 a 2020 localizadas em áreas urbanas. No gráfico abaixo chama a atenção que entre os anos da pesquisa a porcentagem de laboratórios de informática saíram de um total de 69% em 2015 para apenas 52% em 2020, ano da pandemia. Um caminho oposto ao que deveria ter sido feito, que seria a ampliação desses espaços. Já as salas de aula saíram de um total de 53% em 2015 e chegaram a 69% em 2020. Por último, a linha que trata da porcentagem de bibliotecas e salas de leitura aumentou de 49% para 63% no mesmo intervalo.

Escolas com acesso à internet, por locais com presença de acesso à rede (2015-2020)

Total de escolas com acesso à Internet (%) localizadas em áreas urbanas



Fonte: (CETIC.BR|NIC.BR, 2020; 72).

Ao estudar o modelo utilizado por essas plataformas educacionais, o seu uso e como foram adotadas na educação, o CGI estava preocupado em verificar a situação através dos Princípios para a Governança e Uso da Internet no Brasil que tem como referência a Resolução CGI.br/RES/2009/03/ do próprio CGI. Privacidade, liberdade de expressão e diversidade são alguns dos princípios observados nesta análise. Além de aspectos ligados à infraestrutura de serviços e respeito às normas educacionais brasileiras.

A pesquisa apontou que em 2019 (CETIC.BR|NIC.BR, 2020) 14% das escolas públicas urbanas já utilizavam plataformas educacionais de algum tipo, ou seja, em um cenário anterior a pandemia. Mais da metade utilizavam as redes sociais como canal de comunicação com a comunidade escolar. (CETIC.BR|NIC.BR, 2020)

Ao analisar o primeiro ano da pandemia (2020) puderam perceber a falta de computadores e celulares, além da falta de acesso a internet em suas residências, sendo os maiores desafios para o ensino remoto. (CETIC.BR|NIC.BR, 2020). O mais assustador é o gigantesco salto que há entre a pesquisa anterior. Agora 91% dos gestores contemplados nas entrevistas afirmaram ter criado “(...) grupos em aplicativos ou redes sociais como alternativa para comunicação e envio de atividades. (...) Google Meet, Zoom e Microsoft Teams – como recurso de apoio à continuidade das aulas foi citado por 80% das escolas estaduais, 75% das particulares e 42% das municipais.” (CETIC.BR|NIC.BR, 2021)

Como as plataformas são empresas privadas usadas gratuitamente, o serviço para ser acessado pelo usuário requer algumas condições. Uma das mais problemáticas é a utilização de

dados pessoais durante o acesso. Ao falar em plataformização da educação, a privacidade deve ser entendida como prioridade, pois a exposição de dados de milhões de estudantes fere um dos princípios descritos na resolução do CGI anteriormente citado (CETIC.BR|NIC.BR, 2021) e também Estatuto da Criança e do Adolescente, além da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O cenário, portanto, é muito mais complexo do que se observa. As questões ultrapassam as questões de ordem pedagógica e de acessibilidade, mas elas avançam para o terreno que estuda o uso da própria tecnologia e as condições impostas por servidores privados. Como proteger os estudantes da rede quando a escola por uma necessidade emergencial precisa aderir a plataformas pouco compreendidas em seus modelos de negócios que afetam a toda a sociedade?

É importante observar que nossos dados utilizados como moeda de troca estão inseridos em modelos de negócios em que a economia de dados é instrumento central para a captação de recursos para essas empresas através, por exemplo, da venda desses dados para outras empresas, institutos e governos ao redor do mundo.

Outro aspecto relevante é a necessidade de “educar a comunidade escolar, uma vez que crianças e adolescentes são mais suscetíveis à exposição à publicidade, à desinformação ou à manipulação em mídias sociais por sistemas algorítmicos.” (CETIC.BR|NIC.BR, 2021: p. 28) Assim, o maior contato com essas redes sem o respectivo letramento digital coloca os estudantes em uma exposição perigosa em um ambiente por vezes hostil para uma faixa etária ainda despreparada tecnológica e emocionalmente para determinadas situações envolvendo discursos de ódio, fake news e desinformação em ataques que podem ocorrer contra os próprios estudantes como será analisado mais à frente.

Por último, precisamos lembrar que no mundo de algoritmos que ditam aquilo que aparece ou não em nossas telas. A coleta e armazenamento de dados desses estudantes permite que suas preferências pessoais, perfis de consumo, entre outros tipos de comportamentos observáveis sejam também é algo que precisa ser levado em consideração.

6. A importância do letramento digital no ensino básico

Depois da reflexão sobre o que significou a pandemia da COVID-19, o uso das plataformas digitais no Brasil e os seus impactos para professores e alunos. É importante avançar para uma reflexão sobre a importância do letramento digital que não apenas ajude na operacionalização dos seus dispositivos, mas um que faça uma análise mais profunda do universo

infinito de notícias que bombardeiam estudantes e docentes, além de uma compreensão mais profunda do próprio uso da internet.

Não basta saber operar o sistema. É preciso compreendê-lo em uma dimensão maior que possa dar base para discussões que envolvam ética, responsabilidade e direitos humanos. Um letramento digital que não evoque essas questões vai gerar cidadãos acríticos que não são capazes de refletir sobre como uma engrenagem maior ligada ao mundo capitalista funciona através de algoritmos que customizam aquilo que devemos ou não ver.

Uma das soluções é investir em formação continuada, por mais que falar em mais uma formação para professores já tão assoberbados, provoque, muitas vezes, um desinteresse por parte dos docentes, com alguma razão. É preciso um trabalho de conscientização sobre a importância de cursos que trabalhem com letramento digital para a educação.

Por mais que muitos tenham avançado na relação com as novas tecnologias, é importante que todos estejam em um mesmo patamar de desenvolvimento favorecendo o trabalho pedagógico coletivo sem sobrecarregar aquele que docente mais desenvolve que ao invés de ser um ponto focal das atividades digitais, pode ser um elemento replicador das práticas do letramento digital. Portanto, se a rede tem dificuldade em efetuar formações continuadas, pode ser feito um mapeamento desses professores mais habilitados. Sem a necessidade de buscar pessoas de fora em um primeiro momento. Sabemos que muitas redes com poucas verbas têm dificuldade em custear esse tipo de formação.

Outra possibilidade seria uma formação guiada pelas secretarias de estados e municípios com foco em alguns professores de cada uma das escolas de suas redes. Para que esses professores depois de terem vivido a formação continuada, possam ser replicadores em formações continuadas realizadas em um segundo momento dentro de cada unidade escolar de acordo com suas disponibilidades de datas e horários. Abaixo um exemplo concreto de experiência de letramento digital para professores da educação básica do Ceará.

No município em Quixadá foi realizado, através de um dos programas de extensão da Universidade Federal do Ceará (DA SILVA, et al , 2021: p. 172), um curso sobre letramento digital ministrado virtualmente para 217 professores da educação básica. O curso teve duração de 5 semanas e versou sobre conceitos básicos da informática, como a utilização da pesquisa no Google, criação de e-mails, conteúdo visto na primeira.

Nas semanas 2, 3 e 4 docentes entraram em contato com recursos do Google como o

Google Classroom, Google Drive, Google Documents e Google Forms. (DA SILVA, et al, 2021: p. 176) O objetivo era ensinar as funções básicas como criar turma e adicionar alunos no Classroom, criação de pastas e arquivos no Drive, criar, compartilhar, copiar um documento com o Documents, etc.. Na última semana o programa apresentou uma proposta em que os professores aprenderam a fazer seus próprios vídeos e também a edição do material que no final iriam compartilhar com os seus alunos o que foi aprendido. Segundo o estudo, 77% afirmaram que utilizaram o que foi aprendido com os seus alunos e 19% pretendiam aplicá-lo.

Portanto, o resultado demonstra que quase 80% do grupo participante teve interesse em aplicar aquilo que foi aprendido com os seus estudantes. O que já é um importante elemento para que esses docentes se sintam mais confiantes em atuar no ambiente digital. Mas, hoje com certo distanciamento

7. O letramento deve ser também midiático

Aqui é preciso trazer para o debate um outro termo conhecido como letramento midiático⁴. É importante dizer que não tem exatamente o mesmo significado do letramento digital. O universo apresentado pelo letramento midiático introduz questões fundamentais em que todos nós estamos expostos, na maioria das vezes, sem a mínima compreensão do que está acontecendo.

Quando um estudante acessa uma rede social ele pode entrar em contato imediatamente com discursos de ódio que atacam, geralmente, grupos específicos da sociedade. Os alvos preferenciais são pessoas LGBTQIAP+, negros, mulheres, entre outros grupos. O que acontece, a grosso modo, é uma reprodução do que vemos no nosso cotidiano para o ambiente digital.

Muitas vezes, o jovem não percebe que determinadas postagens são discursos de ódio e pode compartilhar uma notícia que ataca algum desses grupos, se tornando assim, um agente de disseminação desse tipo de conteúdo sem a devida compreensão do seu impacto negativo na sociedade.

Como saber se algo veiculado na internet é verdade ou não? A pergunta é ainda mais

⁴ A referência utilizada neste artigo sobre letramento midiático é a do Instituto Palavra Aberta em seu projeto EducaMídia que desenvolve uma metodologia voltada para docentes sobre como trabalhar o letramento digital em suas aulas. Ver: <https://educamidia.org.br/>

básica. Ao ler uma notícia os estudantes se perguntam se ela é verdade ou eles simplesmente recebem aquele conteúdo sem fazer qualquer questionamento?

A última opção é provavelmente aquilo que mais acontece. Muitos usuários ao ler uma notícia na internet já parte do princípio que ela é verdade simplesmente pelo fato de estar lá, no ambiente digital. Sabemos que isso é uma premissa equivocada que leva os estudantes a interagirem com um conteúdo socialmente nocivo na medida que gera desinformação e confunde a sociedade.

O impacto de uma desinformação pode ser em escala global. Novamente utilizando a pandemia como exemplo, como não citar as redes de fake news que divulgavam notícias que tinham o objetivo de desacreditar a eficácia das vacinas. Uma rede de desinformação que desacreditava no próprio distanciamento social como uma medida profilática eficaz de combate à transmissão do vírus. (SILVA, 2022: p. 35200-35217)

O próprio presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou que injeções de desinfetante poderiam combater o vírus da COVID-19. Dois dias depois de sua absurda afirmação, o jornal New York Times noticiava um número crescente de pessoas que apresentavam intoxicação por detergentes. A constatação levava imediatamente a uma correlação com o que tinha dito Trump que em sua defesa disse ter sido sarcástico⁵.

Esses tipos de desinformação, como a negação da vacina e a descrença no distanciamento social levaram à morte centenas de milhares de pessoas em todo o mundo. Um exemplo extremo que demonstra a importância do letramento midiático como forma de combate às notícias falsas e ao discurso de ódio.

8. EducaMídia e o Instituto Palavra Aberta

O EducaMídia do Instituto Palavra Aberta realiza anualmente um curso de formação continuada para professores. O projeto é focado no conceito de “educação midiática”, ou seja, “Conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos – dos impressos aos digitais.” (EDUCA MÍDIA, 2023)

A educação midiática tem como objetivo desenvolver competências que permitam o usuário participar criticamente do ambiente informacional e midiático de recebimento e envio

⁵ O link para a matéria pode ser acessado nas “referências bibliográficas” no final ao final do artigo.

de informação em uma atitude participativa. Através de uma consciência crítica, com um olhar direcionado para a compreensão de fenômenos que afetam a participação cidadã. Se todos nós consumimos e produzimos conteúdo no ambiente informacional e midiático, o excesso de informação é um desafio para o nosso senso crítico. Por isso, ensinar aos estudantes maneiras eficientes de distinguir fatos de opiniões é de extrema importância.

Assim, espera-se que o estudante desenvolva o seu senso crítico, não acreditando em tudo aquilo que entra em contato no ambiente digital, sem fazer alguns questionamentos como de onde veio aquela informação, qual o objetivo daquele conteúdo, quem o divulgou e com quais objetivos? Esse tipo de questionamento ajuda o estudante a perceber que as informações, dependendo de sua origem, podem conter interesses que ultrapassam a mera comunicação daquele conteúdo.

É fundamental que durante o letramento digital e midiático o estudante desenvolva a capacidade de identificar o que pode ser considerado fake news, discurso de ódio, aquilo que deve ou não compartilhar. Com isso, os alunos evitam se tornarem canais de reprodução, por exemplo, de discurso de ódio e desinformação.

Agora vejamos algumas habilidades trabalhadas detalhadamente no curso de formação para professores do EducaMídia. As habilidades: ler, escrever e participar são bases da educação midiática. Assim, a habilidade “ler” divide-se em “letramento da informação” e “análise crítica da mídia” que busca desenvolver habilidades para avaliar criticamente o propósito e a qualidade da informação encontrada, utilizar mecanismos de checagem da informação, análise crítica de textos de mídia em qualquer formato, entre outros. (EDUCAMIDIA, 2023)

A habilidade “escrever” está dividida em “autoexpressão” e “fluência digital” buscando desenvolver habilidades de produção de mídia em diversas linguagens, entender que todas as mídias têm linguagens próprias, utilização de uma ampla gama de ferramentas digitais, ter flexibilidade para encontrar e adaptar-se a novas ferramentas, trabalho colaborativo, etc. (EDUCAMIDIA, 2023)

Já a habilidade “participar” divide-se em “cidadania digital” e “participação cívica” compreendendo a utilização de recursos de mídia para autoexpressão e interação com outros de forma segura, entender as práticas de curtir, comentar e compartilhar e suas consequências, Mobilizar habilidades criativas e de resolução de problemas para buscar ajuda e atuar na sociedade fazendo uso de recursos de mídia, construindo narrativas dedicadas a alguma causa ou serviço,

etc. (EDUCAMIDIA, 2023)

9. O letramento Midiático nas aulas de história

É possível trabalhar a educação midiática através do ensino de História. Um exemplo possível é observarmos como durante a gestão do prefeito Marcelo Crivella foi intensificado um discurso de deslegitimação dos desfiles das escolas de samba promovido pela prefeitura do Rio de Janeiro.

O professor pode partir dessa relação conturbada entre o prefeito para construir um plano de aula focado no letramento digital e midiático. Assim, pretende-se que o estudante consiga interpretar as notícias divulgadas na internet que tiram o caráter cultural do samba, através de uma pesquisa de contextualização histórica, observando o racismo e o classismo como elementos presentes no discurso direcionado ao samba e às escolas de samba.

Como exemplo, veremos um plano de aula desenvolvido com esta perspectiva que recebeu o título de “História do Samba e das escolas de samba”. O objetivo do plano é trabalhar a educação midiática através do ensino de História. Desta forma, o professor parte do discurso midiático de deslegitimação dos desfiles das escolas de samba promovido pela prefeitura do Rio de Janeiro durante a gestão de Marcelo Crivela para compreender historicamente como essa relação se dá⁶.

Assim, pretende-se que o estudante consiga interpretar as notícias divulgadas na internet que desconsideram o caráter cultural do samba através de uma pesquisa de contextualização histórica, observando o racismo e o classismo como elementos presentes no discurso direcionado ao samba e às escolas de samba.

Entre os objetivos específicos do plano de aula: 1 -Estudar a história do surgimento do samba na cidade do Rio de Janeiro. 2 - Compreender os componentes classista e racista na forma como o poder público lidou e lida com o desfile das escolas de samba, uma expressão cultural negra surgida entre as classes mais pobres da sociedade carioca. 3 - Analisar as notícias, os discursos produzidos contra a festa em matérias veiculadas na mídia, redes sociais e o seu caráter enviesado ao destacar determinados pontos e ocultar outros. Abaixo seguem enumerados a sequência didática e metodológica do plano de aula em questão. Na proposta os tempos são

⁶ Vários planos de aula podem ser acessados e utilizados gratuitamente no site do EducaMídia: www.educamidia.org.br

apenas uma sugestão:

Plano de aula para aula de História

Ativação - Plano de aula.

1) 3 min - A aula será aberta com um vídeo de humor do Porta dos Fundos: CARNAVAL DO CRIVELLA

2) 15 min - "See-Think-Wonder" em português "Vejo-Penso-Fico curioso" Os alunos analisam o vídeo e tomam nota, individualmente, e na seguinte ordem: 1. O que eu vejo? Descrição direta dos elementos, sem interpretação ou juízo de valor 2. O que eu penso do que eu vejo? Interpretações e impressões que mobilizam as crenças, identidades e conhecimentos prévios 3. O que me deixa curioso? o que o aluno deseja saber mais, investigar e descobrir.

3) 5 min - Apresentar uma matéria sobre o corte de verbas para o carnaval.

4) 5 min - O que vocês acham da atitude do prefeito de cortar a verba para o carnaval? Vocês acham que o samba sofreu outras perseguições ao longo do tempo? Vamos ouvir uma música de Nelson Sargento de 1979. "Samba negro, forte, destemido. Foi duramente perseguido, na esquina, no botequim, no terreiro..."

5) 3 min - Nelson Sargento - Agoniza mas não morre. "Samba, Negro, forte, destemido, Foi duramente perseguido, Na esquina, no botequim, no terreiro."

Desenvolvimento - Plano de aula.

Início - Brainstorm inicial em que o professor ajuda a definir alguns termos de busca que possam direcionar uma boa e variada pesquisa.

Atividade 1 (15 min) - Será formado grupos de 4 ou mais estudantes e cada um receberá uma parte do tema a ser pesquisado na internet.

Parte 1 - Pesquisar sobre a história do Rio nas primeiras décadas do séc. XX.

Parte 2 - Pesquisar sobre a história do samba e o surgimento das escolas de samba no Rio de Janeiro.

Parte 3 - Pesquisar sobre Racismo na cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do séc. XX.

Parte 4 - Pesquisar sobre o lucro gerado pelo carnaval nos últimos anos para a cidade.

10 min - Serão formados grupos especialistas, ou seja, o estudante do tema um (1) de cada grupo, irá se unir em um novo grupo, apenas com outros membros que pesquisaram também o tema um (1) e assim sucessivamente. Nestes grupos eles trocarão informações sobre o

que entenderam, o que descobriram em suas pesquisas. 15 min | Neste momento os grupos voltam a sua formação inicial e devem apresentar o que entenderam da questão.

15 min - Neste momento os grupos voltam a sua formação inicial e devem apresentar o que entenderam da questão.

Fechamento - Plano de aula.

No final da aula pretende-se que o estudante consiga compreender que as notícias veiculadas na internet, muitas vezes, tentam convencê-lo de que trazem uma informação verdadeira, mas podem apresentar um discurso enviesado, parcial e tendencioso.

Assim, procurar notícias em outros veículos midiáticos, colocá-las em contexto histórico, contribui para a percepção do caráter parcial que pode estar no subtexto de uma informação aparentemente imparcial. Será utilizado a metodologia ativa Jigsaw para a estruturação e dinâmica dos grupos que serão formados para a atividade desta aula.

10. Considerações Finais

O desafio colocado para a educação em um cenário de ampla plataformização da educação é imenso. É preciso que haja um trabalho de letramento digital e midiático que dê conta na mesma proporção. Esse letramento deve ser voltado para professores, gestores, equipe escolar e estudantes.

A pandemia da COVID-19 empurrou milhões de professores e professoras para o ambiente online em aulas remotas que, em muitos casos, não conseguiram alcançar os seus objetivos pedagógicos. Por isso, se por um lado houve uma ampliação da utilização das plataformas digitais para a educação. Por outro, professores e estudantes se viram perdidos e sem a devida formação para sua utilização.

O letramento digital deve se preocupar em uma formação com foco em como usar tais plataformas, mas devem também se preocupar com questões ligadas à uma necessária visão crítica dessa utilização. Por isso, questões ligadas ao comportamento algorítmico, privacidade, liberdade de expressão e diversidade devem fazer parte dos cursos de formação continuada que busquem suprir essa demanda.

As redes de ensino, as secretarias de educação municipais e estaduais precisam ter em suas equipes pessoas letradas digitalmente que compreendam o que são dados sensíveis pela perspectiva da LGPD (BOTELHO, 2020), a privacidade necessária dos dados disponibilizados

pelos estudantes e suas famílias ao acessarem as plataformas online disponibilizadas pelas escolas.

O combate às fake news, ao discurso de ódio e a desinformação devem ser pontos sensíveis e centrais nesse debate. Os estudantes devem saber identificar padrões e formatos típicos de notícias que apresentam conteúdo falso. O mesmo acontece com os discursos de ódio que o estudante deve saber identificar para não reproduzir.

O ensino de história pode produzir aulas que articulem tanto o conteúdo histórico presente no currículo escolar com questões que envolvem o letramento digital. Portanto, o professor de história pode, não apenas, preparar suas aulas com essa preocupação, mas acessar plataformas que já disponibilizam esse tipo de conteúdo gratuitamente produzido por outros docentes. Além, de buscar formações continuadas que podem ser oferecidas por diversas instituições, como a Universidade Federal do Ceará, As formações podem também acontecer em suas redes de ensino ou em instituições do terceiro setor como o Instituto Palavra Aberta e a experiência do EducaMidia para educadores.

Referências

- ANDRADE, Fabiano Viana. Ensino de história frente às tecnologias digitais: um olhar sobre a prática. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 14, p. 172-195, 2018.
- BOTELHO, Marcos César. A LGPD e a proteção ao tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas-Unifafibe*, v. 8, n. 2, p. 18, 2020.
- DA SILVA, Maria Erilane L. et al. A experiência do letramento digital para professores municipais do ensino básico durante a pandemia covid-19. In: *Anais do XXVII Workshop de Informática na Escola*. SBC, 2021. p. 171-180.
- DE AZEVEDO, Daniela Simone et al. Letramento digital: uma reflexão sobre o mito dos “nativos digitais”. *RENOTE*, v. 16, n. 2, p. 615-625, 2018.
- DE CARIE, Nayara Silva et al. Ensino de história e letramento digital: uma proposta de leitura crítica das fontes provenientes dos meios digitais. *Revista TransVersos*, n. 23, p. 190-208, 2021
- DIAS, Érika. A Educação, a pandemia e a sociedade do cansaço. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação*, v. 29, p. 565-573, 2021.
- DUGNANI, Patricio. Pós-modernidade, meios de comunicação e a incerteza na sociedade do cansaço. *Revista GEMInIS*, v. 12, n. 2, p. 394-409, 2021.

O que é educação midiática? EducaMídia, São Paulo, sem data. Disponível em: <<https://educamidia.org.br/educacao-midiatica>>. Acesso em: 08 de fev. de 2023.

NY registra aumento de intoxicação por desinfetante após sugestão de Trump. REVISTA EXAME. São Paulo, 27 de abril de 2020. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/ny-registra-aumento-de-intoxicacao-por-desinfetante-apos-sugestao-de-trump/>>. Acesso em: 24 de jan. de 2023.

FERREIRA, Ana Claudia. Guia da Educação Midiática – 1. ed. – São Paulo : Instituto Palavra Aberta, 2020.

FREITAS, Maria Teresa. Letramento digital e formação de professores. Educação em revista, v. 26, p. 335-352, 2010.

HABILIDADES aprenda e aplique. EducaMídia, São Paulo, sem data. Disponível em: <<https://educamidia.org.br/habilidades>>. Acesso em: 08 de fev. de 2023.

LONCHIATI, Fabrizia Angelica Bonatto; DA MOTTA, Ivan Dias. DIREITO À EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DO ARTIGO 205 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Revista Direito & Desenvolvimento da Unicatólica, v. 2, n. 1, 2019.

MILLIET, Joana Sobral; DUARTE, Rosalia; CARVALHO, José Mauricio Avilla. Letramento midiático de professores e o ensino emergencial remoto na pandemia da COVID 19. ETD- Educação Temática Digital, v. 24, n. esp. 1, p. 32-52, 2022.

MOREIRA, Carla. Letramento digital: do conceito à prática. Anais do SIELP, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2012.

MOREIRA, J. António; HENRIQUES, Susana; BARROS, Daniela Melaré Vieira. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. Dialogia, p. 351-364, 2020.

SANTOS, CLAITONEI SIQUEIRA. Educação escolar no contexto de pandemia. Revista Gestão & Tecnologia, v. 1, n. 30, p. 44-47, 2020.

SARAIVA, Karla; TRAVERSINI, Clarice; LOCKMANN, Kamila. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. Práxis educativa, v. 15, 2020.

STEVANIM, Luiz Felipe et al. Exclusão nada remota: desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia. FIOCRUZ, 2020.

SILVA, Annita Ingrid Alves; DE SIQUEIRA, Julio Gomes; DE SIQUEIRA, Celia Gomes. Vacinas: história, negacionismo, 'fake news' e a Covid-19 no Brasil hoje Vaccines: history, denialism, fake news, and Covid-19 in Brazil today. Brazilian Journal of Development, v. 8, n. 5, p. 35200-35217, 2022.

TRINIDAD, Carlos Benítez. A questão indígena sob a ditadura militar: do imaginar ao dominar. Anuário Antropológico, Brasília, v. 43, n. 1, p. 257-284, 2018.

Sobre o autor:

Max Fabiano Rodrigues de Oliveira: Doutor pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Veiga de Almeida (2009), bolsista PROUNI. Mestrado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2015), bolsista CAPES e doutor em História na UFRRJ, bolsista CAPES. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: história agrária, história da Baixada Fluminense, pós-abolição, trajetória familiar. Formado em Artes Cênicas pela Escola de Teatro Martins Penna, foi professor de lógica de programação pela Play2Learn e foi também professor de teatro no projeto Ocupa Escola da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Pesquisa a utilização de novas tecnologias em sala de aula e conceitos de Educação Criativa. Cofundador do projeto de divulgação científica e história pública, Poeira da História.

Artigo recebido para publicação em: 12 de fevereiro de 2023.

Artigo aprovado para publicação em: 05 de maio de 2023.

Como citar:

OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues de. O letramento digital em tempos de plataformização da educação e as possibilidades para o ensino de história. *Revista Transversos*. Dossiê: Por uma cidadania digital: Ensino de história e novas tecnologias digitais de informação e comunicação. Desafios e possibilidades. Rio de Janeiro, n°. 27, 2023. pp. 52-69. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/73407>. ISSN 2179-7528. 10.12957/transversos.2023.73407

